



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO HUMANIDADES CAMPUS III  
CURSO DE HISTÓRIA**

**JOCEKELLY HENRIQUE DE CARVALHO**

**OPHELIA AMORIM: MEMÓRIA, TRAUMA E DITADURA CIVIL – MILITAR**

**GUARABIRA-PB  
2014**

**JOCEKELLY HENRIQUE DE CARVALHO**

**OPHELIA AMORIM: MEMÓRIA, TRAUMA E DITADURA CIVIL - MILITAR**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Susel Oliveira da Rosa.

**GUARABIRA-PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C331o Carvalho, Jocekelly Henrique de  
Ophelia Amorim: memória, trauma e ditadura civil – militar  
[manuscrito] : / Jocekelly Henrique De Carvalho. - 2014.  
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Susel Oliveira da Rosa, Departamento de  
História".

1. Ophelia Amorim. 2. Memórias Históricas. 3. Ditadura  
Civil – militar. I. Título.

21. ed. CDD 981

JOCEKELLY HENRIQUE DE CARVALHO

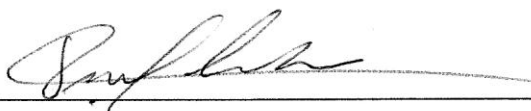
OPHELIA AMORIM: MEMÓRIA, TRAUMA E DITADURA CIVIL - MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Susel Oliveira da Rosa.

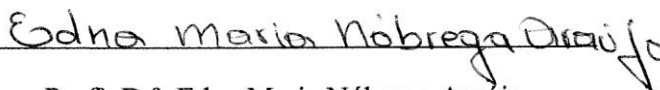
Aprovada em: 25/11/2014.

BANCA EXAMINADORA



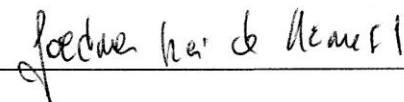
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Susel Oliveira da Rosa (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Maria Nóbrega Araújo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joedna Reis Meneses

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha tia Guia (*in memoriam*), pelo carinho, companheirismo e dedicação. Mesmo ausente fisicamente, sinto sua presença ao meu lado dando-me forças, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me iluminado e me inspirado ao longo da minha vida.

Ao meu pai José, a minha mãe Geovana, aos meus avós José e Maria, meus irmãos Rodrigo e Leonardo, as minhas tias Guia (*in memoriam*) e Fernanda, aos meus tios Geraldo e Josinaldo, a Gabriella e a Paulo Sérgio pelo apoio e carinho.

A Sylvania Ramalho pelo carinho e a Cacilda Pachú pelo apoio que sempre me deu.

A Silmara, Ana Cláudia, Gersyka, Joelma, Juliana, Rayana e Jordana mais do que amigas, são irmãs que a vida me presenteou, agradeço pelo carinho e amizade.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História, em especial a professora Susel Oliveira da Rosa pela paciência e dedicação e pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, a qual tenho uma imensa admiração e afeto.

Aos colegas da turma 2010.2 pelos momentos de amizade e apoio.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando me foi necessário.

Se isso não bastasse, ainda poderíamos nos perguntar: Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: Para fazê-las existir, viver e se..

**Marie Del Priore**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....

“PARAÍBAS MASCULINAS”?.....

OFÉLIA AMORIM VERSUS LATIFÚNDIO.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

ANEXOS.....



# OPHELIA AMORIM: MEMÓRIA, TRAUMA E DITADURA CIVIL – MILITAR

JOCEKELLY HENRIQUE DE CARVALHO<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho busca analisar e refletir sobre a trajetória de Ophelia Amorim, a partir das suas memórias enquanto advogada e militante das Ligas Camponesas na Paraíba nas décadas de 1950 e 1960. Ophelia Amorim travou uma intensa luta contra os latifundiários, além disso, enfrentou uma luta ideológica contra um sistema, que repudiava as mulheres que assumissem um papel ativo nessa sociedade patriarcal, a qual as mulheres deveriam caracterizar-se por serem submissas e passivas. As memórias de Ophelia Amorim revelam um novo olhar sobre a construção das narrativas históricas as quais abordam a participação das mulheres nos movimentos sociais na Paraíba no período ditatorial.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ophelia Amorim; Memórias Históricas; Ditadura civil – militar.

## INTRODUÇÃO

A memória ultrapassa o vivido, de modo que não necessariamente tenhamos que vivenciar um fato para que tenhamos memória sobre o mesmo. Segundo Pollak (1992) a memória é um fenômeno construído.

Rodrigues e Pantoja (2010, p.2) reafirmam essa ideia, ao pensarem a memória como sendo uma construção feita no momento presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado. Afirmando assim que a memória está ligada a questão das lembranças: dos conhecimentos, das ideias, dos fatos adquiridos no momento pregresso.

A memória se faz presente em nossas vidas a todo o momento, seja essa memória individual ou coletiva. Desse modo ao analisarmos determinado fato, faz-se necessário uma reflexão acerca de como essa memória é construída e de como nós lidamos com essa dinâmica de construção. Nossa memória é construída pautada em

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III. E-mail: jocekelly.carvalho1@hotmail.com

diferentes pontos de referencias, desse modo nossa memória individual é reflexo da nossa memoria coletiva. Assim sendo são referencias para construção da nossa memória: monumentos, folclore, costumes, acontecimentos referentes ao meio ao qual vivemos, entre outros. (HALBAWCHS, 1968, apud POLLAK, 1989, p.1)

Maurice Halbwachs (1968, apud POLLAK,1989, p.1) insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também uma negociação para conciliar a memória coletiva com a memória individual. Ou seja, é preciso que haja contato entre essas lembranças do individual e do coletivo. É justamente nesse momento em que ressalto, com esses autores, a importância das chamadas memórias subalternas, memórias das minorias as quais na grande maioria se opõem a “memória oficial”.

Assim a memória dos silenciados dar lugar a uma história plural, fazendo surgir memórias individuais que, muitas vezes, contradizem com a memória coletiva.

Sabendo que a memória individual está vinculada as recordações de todas as situações sejam elas boas ou ruins, do passado, imaginemos agora como tudo isso reflete na vida daqueles que de algum modo tiveram sua vida marcada por rupturas e traumatismos. Na verdade esse processo de reconstrução se faz de maneira cuidadosa, pois na maioria dos casos irão existir contradições, tensões, acontecimentos que serão silenciados, tem-se o medo da punição pelo o que se é falado, ou até mesmo o medo da exposição. A ditadura civil - militar instaurada nos anos de 1964 no nosso país é um período sobre o qual se constrói determinada memória coletiva. Durante esse período pessoas foram massacradas, perseguidas, verdadeiras atrocidades foram cometidas com aqueles se opunham ao regime. Todas essas crueldades permanecem e irão permanecer como marcas inacabáveis da memória coletiva do país.

Partindo desse pressuposto sobre a memória, analisarei como um acontecimento histórico como a ditadura civil - militar refletiu sobre as pessoas que vivenciaram esse fato. Como que esse trauma individual, social e político não elaborado continua afetando a vida das pessoas?

Para tal, com base nas problemáticas acerca da memória, abordo nesse artigo a trajetória de Ophelia Amorim enquanto sujeito histórico que contribuiu ativamente nos movimentos sociais ocorrido no final da década de 1950 e inicio dos anos 1960 no Brasil. Sobretudo com relação a sua participação no movimento do campesinato paraibano, atuando como advogada em defesa dos direitos trabalhistas no campo e

contra as arbitrariedades cometidas pelos latifundiários contra os mesmos. Vale ressaltar, que a sua atuação não se resumia apenas em advogar a favor dos camponeses, mas também de propagar através de comícios e reuniões discursos ideológicos em prol da população rural que estava subjugada pelo o autoritarismo dos proprietários de terras. De acordo com Scocuglia (2001, p. 204), tais discursos foram rotulados pela imprensa e pelo setor de direita como sendo discursos de incitação popular para uma possível revolução no campo ao molde de Cuba. Isso fica bem evidente em uma manchete jornalística intitulada “A Revolução está na moda: Ela prega a luta armada”, seguida de uma foto de Ophelia Amorim discursando para os camponeses – Possivelmente a manchete tinha como intuito denegrir a imagem de Ophelia enquanto mulher militante, ao mesmo tempo em que influenciava na formação de opiniões dos leitores sobre as ligas camponesas como sendo um movimento que violava os direitos a propriedade privada.

Para Scocuglia (2001, p. 204), o fato de Ophelia Amorim ter sido integrante do CEPLAR-CG<sup>2</sup>, das ligas camponesas e membro atuante na Ação Popular (AP) contribuiu de maneira decisiva para sua perseguição e aprisionamento durante a ditadura militar. Ao trazermos a história de Ophelia Amorim e as experiências de outras mulheres militantes que foram perseguidas após e durante o Golpe de 64 estamos contribuindo para a historiografia nacional que por muito tempo manteve as mulheres ausente na história do Brasil, ou tratando elas apenas como coadjuvante dessa história.

Desse modo, por que não ouvir a versão daqueles que foram oprimidos e perseguidos durante o período da ditadura militar no nosso país? E as mulheres porque elas quase nunca aparecem enquanto personagens históricos?

Rago (2009) vem problematizar justamente essas questões, quando ela demonstra a todo o momento sua preocupação em lembrar e em retomar as trajetórias de mulheres latino-americanas que estiveram presentes nas lutas de resistências as ditaduras militares:

[...] ao ouvir suas vozes e ao escutar atentamente os seus depoimentos e testemunhos, especialmente quando desfazem as mentiras oficiais, revelam

---

<sup>2</sup> Segundo Scocuglia, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) foi iniciada no estado da Paraíba em 1961, com o intuito de alfabetizar os adultos do campo. E de dar a oportunidades a eles a partir dos estudos, o direito ao voto, já que no Brasil naquela época analfabeto não votava.

episódios que muitos gostariam de calar e expõem a nu a violência física exercida sobre seus corpos, nas prisões, em sessões de interrogatório e tortura, ou ainda, a violência simbólica em suas inúmeras dimensões. (RAGO, 2009, p.1)

Como afirma Rago (2009), não se trata de uma vitimização dessas mulheres, mas sim de permitir que a história seja narrada de modo que pluralize os fatos, sem que haja exclusão de qualquer que seja a classe social, sem que apenas os chamados “grandes homens” sejam apresentados como personagens históricos responsáveis pelos fatos ocorridos na História.

Precisamos falar, embora não se tenham palavras suficientes para expressarem determinados acontecimentos. A tortura é um exemplo disso, onde suas marcas vão além do que a vítima consegue expressar, pois suas marcas na grande maioria ficam impregnadas na alma. É um passado que não passa, que continua presente (RAGO, 2009).

### **“PARAÍBAS – MASCULINAS”?**

Os silêncios estão presente em qualquer que seja o fato ocorrido. Partindo desse pressuposto destacamos o fato de que quando buscamos ouvir os silenciados não estamos buscando a verdade absoluta, até porque não há verdade absoluta no trabalho do historiador, estamos buscando apenas como nos afirma Swain (1996, p.30), entender os sentidos que emergem dos discursos emitidos no presente sobre o passado. Ênfase, então, a ação das mulheres no período ditatorial no Brasil.

O “gênero” é retratado na historiografia como sendo o principal fator indicador de superioridade, onde o homem é na maioria das vezes, enfatizado como o herói, o grande responsável pelas conquistas alcançadas. Busco com Joan Scott abrir novos olhares a cerca dos fatos históricos. De acordo com Joan Scott:

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres tem filhos e que os homens tem uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” [...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p.3)

Acredito que a ausência das mulheres na grande maioria dos documentos históricos sobre a ditadura civil - militar em nosso país, explica-se pelo fato de que a

sociedade brasileira é patriarcal - onde a mulher deveria ser submissa ao homem (pai, marido e filhos). Logo, ocupar um lugar de liderança em um “movimento” ou até mesmo ocupar uma posição de destaque nesse movimento, fazem dessas mulheres vitoriosas, pois quebram os estereótipos negativo construídos sobre elas.

Um estereótipo negativo que se torna mais intenso e agudo na região nordestina (ABRANTES, 2008), pois é no Nordeste que o homem considerado “o cabra-macho” tem que mostrar toda a sua valentia e virilidade. Pensar que mulheres paraibanas conseguiram ocupar um lugar de liderança e conquistar o respeito desses machões, sobretudo no campo, onde o preconceito sobre a mulher está enraizado nos valores conservadores dos homens que não aceitam serem questionados por mulheres, é sem dúvida um fato sobre o qual fez com que varias mulheres deixassem de ser enxergadas como pessoas submissas e sem vontade própria.

Entretanto, o fato de tais mulheres assumirem um papel dito masculino, fez com que as mesmas fossem rotuladas como mulheres transgressoras, subversivas, mulheres fora dos padrões ditos serem femininos, sendo denominadas assim de “mulheres-machos”. Segundo Abrantes (2008, p.74), o feminismo ganha maior visibilidade na segunda metade do século XX no Brasil, o desejo pela liberdade se intensificava durante as lutas contra a ditadura civil - militar. Porém o preconceito e a discriminação ainda se fazia presente no cotidiano dessas mulheres guerreiras e atuantes do nosso país, sobretudo na região Nordeste.

[...] o estereótipo da mulher-macho [...] como sendo mulheres que, indo contra sua natureza, ao reivindicar para si lugares tidos como legitimidade masculinos, acabavam por adquirir traços fisionômicos, estéticos e comportamentais virilizados. Isso as situava num fora, por exemplo, das possibilidades de uma vida amorosa, sexual e familiar consideradas normais. (ABRANTES, 2008, p. 77-78)

Ophelia Amorim é uma dessas mulheres nordestinas, que como tantas outras enfrentaram o universo dito “masculino” para seguir com sua luta em prol da cidadania e contra as desigualdades as quais permeavam o meio o qual estavam inseridas. Quantas Ophelias existiram e existem no nosso país? Afinal em que essas mulheres se sustentaram para superar todos os obstáculos existentes na vida de uma militante?

Rosa (2013) nos faz refletir e entender como algumas mulheres, a exemplo de Nilce Cardoso resistiram a momentos dolorosos vividos na ditadura militar

brasileira, mostrando ainda o papel atuante dessas mulheres que lutavam por seus direitos enquanto cidadãs.

No livro “Mulheres, ditaduras e memórias”, escrito pela historiadora e pesquisadora Susel Oliveira da Rosa, Nilce Cardoso relata que sempre lutou contra a arbitrariedade, essa revolta acentuou-se após seu ingresso na universidade. Nilce entrou na JUC (Juventude Universitária Católica), e passou a seguir assiduamente seu lema: “Ver, julgar e agir”. Daí então Nilce passou a ser uma militante ativa, buscando sempre a liberdade, e conseqüentemente o fim da ditadura: “Nilce Azevedo ingressou na faculdade no ano do golpe [...] Nessa época, o desejo de derrubar a ditadura animava parte significativa dos universitários do país, daqueles que não concordavam com o regime de exceção imposto com golpe.” (ROSA, 2013, p. 29).

## **OPHELIA AMORIM VERSUS LATIFÚNDIO**

Ophelia Amorim assim como Nilce Cardoso, carregava consigo o desejo pela mudança, o desejo de mudar o mundo. Ophelia Amorim é advogada, trabalhava na Superintendência da Reforma Agrária, que veio a ser substituída pelo INCRA. Ophelia Amorim também iniciou sua militância através da JUC. Aliás, Ophelia Amorim em seu depoimento a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEV-PB), deixa transparecer a importância da JUC para a formação do seu papel enquanto cidadã atuante em meio aos problemas sociais enfrentados pelos brasileiros naquele período, enfatizando ainda o companheirismo dos demais integrantes do grupo, a exemplo de Assis Lemos e Leonardo Leal, que a convidaram para conhecer as Ligas Camponesas de Sapé<sup>3</sup>.

[...] eu queria revogar há lembrança e a participação imensa que deu ao movimento camponês da Paraíba [...] Leonardo Leal [...] Foi, alias através dele que eu cheguei as ligas camponesas. Era um estudante de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa e participava do movimento católico chamado Juventude Universitária

---

<sup>3</sup> A liga Camponesa de Sapé foi uma associação de caráter beneficente, cujo objetivo era lutar pela extinção do cambão e por melhores condições de trabalho. Fundada oficialmente em 1958, a instituição também dava amparo jurídico para os camponeses. Foi liderada a princípio por João Pedro Teixeira que após o seu assassinato, coube a sua viúva Elizabeth Teixeira dá seguimento ao movimento.

Católica. (Ophelia Amorim<sup>4</sup>, depoimento a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEV-PB) em 15 de Julho de 2013)

Embora a Igreja fosse na maioria das vezes contrária aos ideais dos movimentos sociais, havia aqueles padres e membros da igreja que se mostravam inconformados com a violência que vinha ocorrendo no campo brasileiro. Afinal toda essa situação acabava por contrariar com os “designíios de Deus”.

[...] foi através da JUC, da juventude universitária católica e de seus assistentes padre Juarez, padre Luiz Fernandes, padre Chico Pereira que me abriu os olhos para a situação sócia[...] o porquê dessa situação que não era como a igreja tradicionalmente explicava como sendo proveniente da vontade de Deus, não existia essa vontade pra que o homem fosse explorado da maneira como era. (O. A. em 15/07/2013)

As Ligas Camponesas era um movimento social e político de grande ênfase no fim da década de 1950. Guiada pelo sentimento de revolta, Ophelia Amorim resolveu que teria que contribuir de algum modo contra toda aquela arbitrariedade que vinha ocorrendo no campo. Com a ajuda do seu amigo Leonardo, ela chega até Sapé e por um acaso do destino acaba por ter como seu primeiro “cliente”, João Pedro Teixeira<sup>5</sup>:

[...] nos finais dos anos 50 o movimento mas importante do Brasil, o movimento social e político. Que eu achei que eu deveria dar a minha contribuição e procurei a diretoria das ligas, e foi com Leonardo, esse grande camarada que eu cheguei até Sapé. Bom..., era meu primeiro trabalho, foi com João Pedro. Havia sido preso um camponês e me designaram pra vir empregar uma via habeas corpus para soltá-lo. (O. A. em 15/07/2013)

Ophelia esclarece o fato de que todo o seu trabalho era exercido conforme a lei. Havia a preocupação de se lutar pelos chamados direitos trabalhistas dos camponeses, buscava-se um salário digno, uma jornada de trabalho sem

---

<sup>4</sup> A partir de então usarei o termo A. O. para designar as falas de Ophelia Amorim durante o depoimento concedido a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba em 15 de julho de 2013

<sup>5</sup> João Pedro Teixeira foi o vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, apesar de ocupar a vice-presidência era visto pelos camponeses como líder. De acordo com a socióloga Bernardete Wrubleski Aued (1986) sua trajetória iniciou-se em 1954 como conscientizador dos trabalhadores rurais sobre a necessidade deles se organizarem para reivindicar por melhores condições de trabalho na cidade de Sapé. Mas foi só a partir de 1958 que a Liga de Sapé foi institucionalizada entrando na legalizada. Após a morte de João Pedro em 1962 a mando dos latifundiários competiu a sua esposa Elizabeth Teixeira da continuidade a Liga Camponesa de Sapé.

explorações. Ophelia Amorim relata ainda sobre a resistência por parte de alguns juizes em levar a diante os processos em que se contestavam aos direitos trabalhistas dos camponeses:

[...] encontramos juizes do trabalho totalmente ao nosso lado e prontos a levar a diante a reclamatória, ao contrario, muitas vezes juizes da comarca, ou seja, juizes da justiça Estadual que arquivava os processos em que iriam se contestar o latifúndio. Então tudo isso começou a mudar o panorama da Paraíba trazendo consequências, como a violência no latifúndio. (O. A. em 15/07/2013)

A violência a qual Ophelia refere-se diz respeito a todos aqueles que se mostravam inconformados com aquela situação de desigualdade vivenciada pelos homens do campo. Segundo a advogada Ophelia Amorim, os latifundiários na maioria das vezes mandavam seus “capangas” castigarem os camponeses que reivindicavam por seus direitos. Entretanto houve exceções aonde os proprietários de terras iam pessoalmente cobrar satisfações acerca das reclamações:

[...]um dos fatos mais absurdos e violentos que foram cometidos aqui em Sapé, foi a surra que o latifundiário Aguinaldo Veloso Borges deu pessoalmente em Assis[...] encontrei - o todo quebrado com hematomas no rosto proveniente dessa brutalidade que o Aguinaldo Veloso Borges cometeu pessoalmente. Não foi através de capangas [...] Foi ele pessoalmente [...] na sede da Liga de Rio Tinto... (O. A. 15/07/2013)

Ophelia ao longo do seu relato comenta sobre como grande parte da sociedade discriminava os camponeses e todos aqueles que direta ou indiretamente apoiavam sua luta. A igreja na maioria das vezes em seu discurso alertava sobre as consequências de se engajar no movimento das Ligas Camponesas. Segundo Ophelia:

[...] os padres [...] ameaçavam os camponeses de expulsão... não permitiam que eles batizassem seus filhos, e diziam que quem tivesse a carteira da Liga (que era a coisa mais importante pro camponês quando ele se associava, era ter sua carteirinha no bolso que ele levava para todo canto). Os padres diziam quem tiver carteira da Liga não batiza os filhos, não casa e vai ser excomungado e quando morrer vai pra o inferno. (O. A. em 15/07/2013)

Desse modo, podemos afirmar que a luta não era apenas contra o latifúndio, essa luta era contra um sistema, era uma luta ideológica a qual buscava a todo o momento justificar o quanto essa luta fazia-se necessária para a melhoria na vida dos homens e mulheres do campo. As mulheres eram ainda mais repudiadas pela



sociedade por fazerem parte desse movimento. As imagens dessas mulheres estão sempre ligadas a sexualidade. Segundo Ophelia Amorim, “a igreja assim como a sociedade em geral, afirmavam que ao ingressarem nas Ligas, estupravam-se as mulheres, não existia a liberdade sexual e, portanto nós moças que entrássemos nas Ligas a primeira coisa que ia acontecer era perder a virgindade.” De acordo com Colling (1997, p.110), “As mulheres militantes dos partidos de esquerda durante o regime militar não eram bem vistas pela sociedade. Elas representavam uma ameaça à família, instituição que não poderia ser atacada ou dissolvida”. Percebo isso quando Ophelia comenta que enquanto esteve presa, durante seu depoimento, um coronel do exército lhe disse: “[...]seu problema é casar! Você precisa é casar!”

Num outro aspecto, com relação a como os militantes de esquerda viam as mulheres, era evidente a reprodução do discurso dominante dos homens sobre as mulheres. Ainda segundo a autora:

A tentativa de desconstrução do sujeito político feminino se clarifica na expressão usada pela repressão para caracterizar a militante: “puta comunista” a mulher é enquadrada em duas categorias problemáticas e desviantes – prostituta e comunista -, na tentativa de ser desmerecida e desqualificada como sujeito político. (COLLING, 1997, p.112).

Nilce Cardoso assim como Ophelia Amorim precisou enfrentar uma intensa batalha contra o modelo conservador que a sociedade apresentava. De acordo com Rosa (2013), Nilce teve que aprender a agir como um militante e para tanto fez uso de várias leituras guiadas pelos companheiros de militância, iniciando pela trilogia de Jorge Amado “Subterrâneos da liberdade”.

Modelo de militância e revolução, o romance de Jorge Amado, tem como uma das principais protagonistas a jovem Mariana [...] Mariana é uma militante corajosa e destemida, que deseja mudar o mundo. Mariana representa também o modelo da mulher militante comunista. Ela não ocupa um cargo de direção, sua função é de “estafeta”: deve levar informações, recados, organizar reuniões, recolher doações, etc.[...] Mariana também deve chegar antes ao local das reuniões, organizar a casa e preparar o café para esperar os colegas. (ROSA, 2013, p. 33 – 34)

Como nos afirma Rosa (2013) dificilmente as mulheres ingressariam nessas organizações de esquerdas, como dirigentes ou tomando decisões a cerca dos assuntos discutidos.

Segundo Teles, “as mulheres que participaram da luta política no Brasil, especialmente da resistência armada à ditadura militar, puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção,

quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual.” TELES (1993 apud ROSA, 2013)

O espaço feminino nessas organizações de esquerdas não se diferenciava muito dos espaços já ocupados pelas mulheres na sociedade, ou seja o modelo conservador continuara a existir, deixando as mulheres ainda em posições subalternas em relação aos homens. Assim, como nos afirma Rosa (2013) “ao adentrarem no espaço público, compondo a arena da luta política, as mulheres tiveram que adequar-se ao modelo masculino do militante, com base na divisão dimórfica do mundo”.

Era necessário que as mulheres negassem sua sexualidade. Buscava-se a “dessexualização” da militante e conseqüentemente a universalização do militante (homem). As mulheres deveriam aprender a serem discretas, deveriam não chamar atenção, serem quase que “invisíveis”. Segundo Rosa (2013, p. 45), “Nilce tornou-se tão invisível quanto “disciplinada”. Não chegava atrasada em nenhum “ponto”, entrava e saía nos lugares sem que a percebessem.”:

“Invisibilidade” que faz parte da história das mulheres, ou dos lugares reservados a elas historicamente. Sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo o silêncio. (ROSA, 2013, p. 45).

Percebe-se então que o preconceito sobre as mulheres militantes se fazia presente. No caso de Ophelia Amorim, ela foge a regra, pois como advogada das ligas camponesas no estado da Paraíba, principalmente na liga camponesa de Sapé que segundo Moraes (2012) se tornou a maior liga camponesa do Brasil – ela atuou como protagonista, sendo defensora dos direitos dos trabalhadores rurais, além de palestrante em reuniões. Ophelia Amorim declara que era conhecida por seus discursos pelo o exército, ao ser presa o major lhe disse: “então é a senhora, você é famosa por seus discursos então você vai prestar seu depoimento em dom de discurso suba ali, era um tablado, assim suba ali vá falar como você fala nas Ligas incitando os camponeses”.

Diante disso, percebe-se que o preconceito sobre as mulheres se fazia presente no seu cotidiano – a sua invisibilidade, passividade são conceitos usados para caracterizar o lugar que elas deveriam ocupar segundo a visão machista da época. Nem mesmo os companheiros esquerdistas conseguiram ver as mulheres

militantes por outra ótica que não seja essa imagem deturpada de inferioridade em relação aos homens.

Foi devido a sua performance ativa nos movimentos de esquerda que Ophelia foi presa acusada de comunista e subversiva. Segundo Ophelia o período que ela esteve na prisão, ela correu o risco de ter o seu corpo violado pelos militares:

[...] fiquei presa, depois fui pro Agrupamento de Engenharia onde encontrei Elizabeth Teixeira a viúva de João Pedro, ficamos presas na mesma cela. Depois Elizabeth foi solta e aí eu fui transferida para Campina Grande pro 7º Agrupamento de Engenharia onde morava minha família e eu naquela época era a única mulher que ainda estava presa. (O. A. em 15/07/2013)

Percebe-se então, que apesar das ameaças sofridas na prisão, Ophelia não chegou a ser agredida fisicamente por nenhum militar. Mas isso em nenhum momento isentou que ela fosse torturada psicologicamente por meio de ameaças e de insinuações de diversos tipos. Afinal os traumas ocasionados pelo período que ela permaneceu na prisão, ainda se fazem presentes nas pausas do seu depoimento. Ao ouvi-la era inevitável não sentir a emoção e o sentimentalismo presentes em seu discurso. Assim como Ophelia outras mulheres também se engajaram na luta por país democrático e igualitário para todos. A consequência dessa “ousadia” foi a perda de suas liberdades, ou até mesmo da própria vida nas mãos dos militares.

Portanto falar de Ophelia Amorim e de sua atuação nos movimentos sociais, é falar de várias Ophelias que também tiveram seus nomes esquecidos no anonimato da história do Brasil durante a ditadura civil - militar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Halbwachs, a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social [...] como um fenômeno construído coletivamente e submetidos a transformações (Halbwachs, apud POLLAK, 1989, p.2).

Falar sobre Ophelia Amorim é falar de todas as mulheres que nas décadas de 1950, 1960 e 1970 romperam com os estereótipos que foram construídos pela

sociedade machista a respeito da conduta feminina. São mulheres militantes que atuavam nos movimentos sociais em prol de um idealismo que conduzisse o país a um patamar mais igualitário. Para isso elas tiveram que adaptar-se a um modelo militante imposto pelos seus companheiros de esquerda, os quais utilizavam uma ótica machista sobre as mesmas.

O processo de “dessexualização” sofrido pelas mulheres militantes citado por Rosa (2013), faz referência ao fato de que para serem aceitas no movimento, essas mulheres teriam que se igualar aos homens no sentido da aparência física, entretanto isso não correspondia a uma equidade hierárquica dentro do grupo com relação aos papéis desempenhados pelos integrantes masculinos e femininos. Isso porque os homens sempre ocupavam um lugar de comando em detrimento com os lugares coadjuvantes exercidos pelas mulheres.

No caso de Ophelia Amorim, ela não atuou como coadjuvante, pelo contrário, foi protagonista dos movimentos sociais durante a ditadura civil-militar, entre eles o movimento do campesinato paraibano com destaque na sua participação como advogada das Ligas Camponesas. Foi devido a essa participação nas Ligas Camponesas, em especial a Liga Camponesa de Sapé, que Ophelia foi perseguida e presa pelo o exército. A performance de Ophelia não se restringia apenas a advogar a favor das populações do campo, mas também de conscientizá-la da sua condição subalterna em relação aos latifundiários.

Com base nisso, me propus a analisar o papel desempenhado pela advogada Ophelia Amorim enquanto mulher inserida em uma sociedade patriarcal, a qual recriminava todas aquelas mulheres que adentravam ao espaço público dito masculino e aos movimentos de esquerdas. Desse modo, falar sobre Ophelia é tentar preencher a lacuna deixada pela historiografia paraibana acerca dos movimentos sociais ao qual ela participou como protagonista, porém teve seu nome apagado ou relacionado a coadjuvante nas narrativas históricas que abordaram as Ligas Camponesas.

## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze and reflect on the trajectory of Ophelia Amorim, starting from his memory as a lawyer and activist of the Peasant Leagues in Paraíba in the 1950s and 1960s Ophelia Amorim waged an intense struggle against the landlords, moreover, faced an ideological struggle against a system that repudiated women who assume an active role in this patriarchal society that women should be characterized by being submissive and passive. Memories Ophelia Amorim reveal new insights into the construction of historical narratives which address women's participation in social movements in the Paraíba dictatorial period.

**KEYWORDS:** Ophelia Amorim; Historical Memories; Dictatorship civilian – Military.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos**. Partido comunista – PCB e Ligas Camponesas (1955-640). Florianópolis: Universidade/ UFSC, 1986.

ABRANTES, Alômia. **Paraíba, Mulher- Macho: tessituras de gênero, (desa)fos da história**. Recife: O autor, 2008

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

**Comissão Estadual da Verdade e da preservação da Memória da Paraíba**. João Pessoa, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Vol.2, n.3, 1989.

\_\_\_\_\_ Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**. Vol.5, n.10, 1992.

RAGO, Margareth. Desejo de memória. Dossiê 'Memórias Insubmissas'. **Revista Labrys**, n.15, 2009.

RODRIGUES, Ana Maria Baía; PANTOJA, Augusto Sarmiento. As estratégias de memória perante o trauma. **Revista Literatura e Autoritarismo** (UFSM), v.1, p. 1-1, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. / Susel Oliveira da Rosa. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. – São Paulo: Intermeios; fapesp, 2013. (Coleção Entregêneros).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

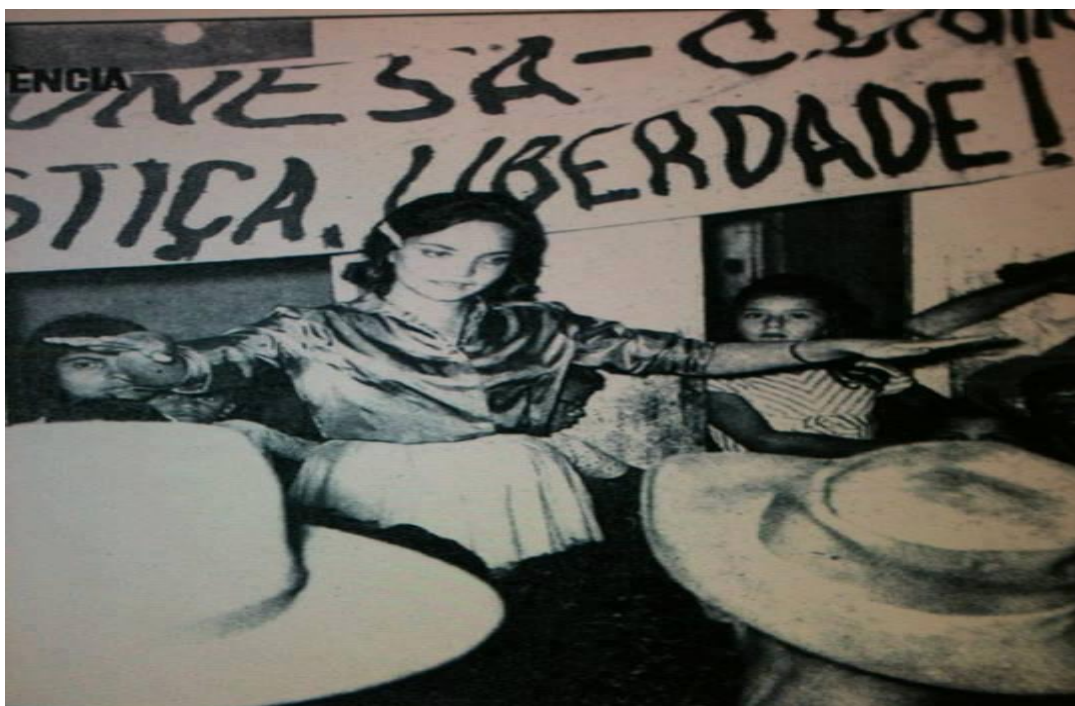
SWAIN, Tania Navarro. A Construção Imaginaria da Historia e dos Gêneros: O Brasil no Século XVI. **Revista Textos de História**, v. 4, n.2, 1996.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

### **SITES ELETRÔNICOS:**

Sobre Ophelia Amorim. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=ARo4yo97Cro](http://www.youtube.com/watch?v=ARo4yo97Cro).  
Acessado em: 15/04/2014.

## ANEXOS



Ophelia Amorim aos 23 anos discursando para os camponeses, em sua luta nas Ligas Camponesas da Paraíba.





**Ophelia Amorim, prestando seu depoimento a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, em 15 de julho de 2013 na cidade de Sapé.**